



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.180, DE 2015** **(Do Sr. Ronaldo Martins)**

Altera o art. 216-A do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata sobre o crime de Assédio Sexual, na forma que indica.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-509/2015.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. O artigo 216-A do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 216-A. Constranger alguém, com manifestação sensual ou sexual, importunando de forma ofensiva ou invasiva, com palavras que façam referência a sexo ou a sexualidade da vítima.

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. A pena é aumentada:

I – de um terço até a metade, se vítima for menor de 18 (dezoito) anos de idade;

II - de metade, se o crime for cometido dentro de transporte público de passageiros;

III – de dois terços, se o agente se prevalecer da sua condição de superior hierárquico ou de ascendência inerentes ao exercício do emprego, cargo ou função, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **J U S T I C A Ç Ã O**

A presente proposta legislativa tem o objetivo de alterar a tipificação do crime de assédio sexual, disposto na legislação, art. 216-A do Código Penal, como o crime cometido por superior hierárquico, notadamente no ambiente de trabalho, com a finalidade de obter favores sexuais.

Ocorre que o assédio sexual vai além do ambiente de trabalho. Vitimando principalmente as mulheres, o assédio sexual é constatado em vias e logradouros, no transporte público de passageiros, nas escolas, universidades, academias, etc.

É crescente e indiscriminada as condutas ofensivas com manifestações sensuais e sexuais, alheias à vontade da pessoa a quem se dirige. Popularmente conhecida como “cantada”, esta mazela social em forma de desrespeito e invasão da privacidade, tem sido uma tônica perigosa no cotidiano da sociedade brasileira. Geralmente são abordagens grosseiras, com ofensas e propostas inadequadas que humilham as vítimas.

O assédio sexual pode ser identificado, ainda, de forma mais ativa, no transporte público. Muitas mulheres são vitimadas diariamente em ônibus, vans, trens e metrô. E a maior parte dos agentes cometem esses crimes amparados na certeza da impunidade.

O projeto em tela aumenta a pena para o crime de assédio sexual, aumenta a sua abrangência e acrescenta penalidade para o caso de a vítima ser menos de 18 anos de idade ou se o crime for cometido em transporte público ou por coerção baseada em hierarquia no ambiente de trabalho.

A proposta levanta um debate importante, que deve ser levada em conta no país, que é a associação do assédio à “paquera”. A diferença reside no fato de a “paquera” ser um ato consentido. Enquanto o assédio é feito sem autorização da vítima. O cerne está no fato de que a “cantada” nem sempre expressa à vontade de fazer um elogio. É principalmente a expressão da vontade de intimidar e de promover domínio sobre a vítima.

Outro impropério ocorre ao vincular as vestimentas da vítima a uma autorização tácita. A mulher que veste uma roupa curta ou sensual, de maneira alguma está dando autorização para ser importunada, assediada.

Em suma, a proposta dá nova redação ao crime de assédio, ampliando seu raio de compreensão e promovendo punição aos que desse expediente criminoso se utilizam.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 2015.

**RONALDO MARTINS**  
Deputado Federal – PRB/CE

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

## Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

## CÓDIGO PENAL

## PARTE ESPECIAL

*(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa" de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

## TÍTULO VI

## DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

*(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009)*

## CAPÍTULO I

## DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

**Atentado ao pudor mediante fraude**

Art. 216. *(Revogado pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009)*

**Assédio sexual**

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. *(“Caput” do artigo acrescido pela Lei nº 10.224, de 15/5/2001)*

Parágrafo único. *(VETADO na Lei nº 10.224, de 15/5/2001)*

§ 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009)*

## CAPÍTULO II

## DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

*(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009)*

**Sedução**

Art. 217. *(Revogado pela Lei nº 11.106, de 28/3/2005)*

**FIM DO DOCUMENTO**